



SEMINARIO DE ESTUDOS LIBERTARIOS DA GALIZA

Table with 3 columns: SUSCRIPCIÓN, REDACCIÓN E ADMINISTRACIÓN, and Os beneficios deste xornal están destinados á propaganda, organización e cultura das traballadoras. Includes a logo for '54'.

CIRCULAR DO COMITÉ CENTRAL DA ASOCIACIÓN INTERNACIONAL DE TRABALLADORES DE XENEBRA, AOS OBREIROS ESPAÑOIS

TEXTO ESCRITO POR CHARLES PERRON, MEMBRO DA INTERNACIONAL, PROPAGANDISTA E CARTÓGRAFO, RETOCADO POR MIJAIL BAKUNIN

Irmáns! O pobo español expulsou á raína Isabel; temos a convicción de que non aturará a restauración da monarquía. Proclamará a República, baseada na federación de provincias autónomas, única forma de goberno que, de modo transitorio e como medio para acadar unha organización social conforme á xustiza, depara garantías serias para a liberdade popular.

O traballador é un escravo, non é nada; o traballador debe ser libre, debe serlo todo. E non pode ser libre, só pode serlo cabalmente por unha revolución social. Irmáns de España: Fagan, pois, esa revolución. O proletariado non debe facer xa a revolución se non é contra toda a orde social actual por enteiro. Comécena hoxe, posto que as circunstancias permítenno. Mañá, temos a firme esperanza niso, farémola convosco, porque a súa obra é a nosa obra, o seu triunfo será o noso triunfo: tódolos traballadores do mundo son solidarios.

coñece outra patria que o grande campo do traballo, nin outros países extranxeiros que o campo do capital monopolizado e da propiedade herdable, nin outro inimigo que os privilexiados. Tal é o obxectivo, tales son os principios da nosa Asociación. Irmáns de España, veñan a se adherir en masa á nosa obra, veñan as súas sociedades obreiras a afiliarse á nosa Asociación; que se fundan e multipliquen as seccións da Internacional en tódalas súas cidades e en tódalas súas vilas. O porvir é noso.

1. Anarquía ou desorde refírese á civilización burguesa. Bakunin emprega a mesma palabra meses seson ede orde «la libertad o la anarquía», Obras completas. Tomo I. Estatismo y anarquía, A Coruña, Editorial Imperdible, 2018, p. 239.

2. Institution anarchique, con este termo Bakunin e Perron insisten na deslexitimidade da herdanza como parte da civilización burguesa.

Xenebra, 21 de outubro de 1868. En nome do Comité central da Asociación Internacional de Traballadores de Xenebra: O presidente, Brosset; o secretario xeral, Henri Perret; os secretarios adxuntos, E. Dufour e J. Longchamps. La Voix de l'Avenir, 1 de novembro de 1868, La Chaux-de-Fonds

TEORIA E HISTÓRIA ANARQUISTA EM PERSPECTIVA GLOBAL

FELIPE CORRÊA, 2019

Este artigo tem como objetivo apresentar resumidamente a pesquisa realizada durante alguns anos que culminou na publicação do livro *Bandeira Negra: rediscutindo o anarquismo*. (Corrêa, 2015)

Parte de um processo coletivo de pesquisa global do anarquismo, que vem sendo conduzido por pesquisadores de distintas partes do mundo no seio do Instituto de Teoria e História Anarquista (ITHA), esse livro tem um objetivo geral: responder com profundidade o que é o anarquismo.

Para isso, procede em três frentes fundamentais: 1.) Balanço crítico dos estudos de referência do anarquismo (em português, castelhano, inglês e francês); 2.) Proposta de uma nova abordagem teórico-metodológica para os estudos do anarquismo; 3.) Redefinição do anarquismo, complementada com a exposição de seus grandes debates históricos e suas correntes, tomando por base a produção escrita de mais de 80 autores/organizações anarquistas e a história global do anarquismo em seus quase 150 anos de existência.

A seguir, serão expostos os principais argumentos do livro, tomando como fundamento as três mencionadas frentes.

BALANÇO CRÍTICO DOS ESTUDOS DE REFERÊNCIA

Foram considerados estudos de referência do anarquismo aqueles que apareciam frequentemente nas bibliografias das obras utilizadas na elaboração do livro e que foram identificados como relevantes numa análise bibliométrica feita no Google Acadêmico. Por meio desse procedimento, emergiram sete estudos, aqui citados cronologicamente, por seu nome em português e seguidos do ano original de sua publicação: *As Doutrinas Anarquistas* [Der Anarchismus], de Paul Eltzbacher (1900); *História da Anarquia*, de Max Nettlau (conteúdo dos anos 1920 e versão modificada em 1935); *História das Ideias e Movimentos Anarquistas*, de George Woodcock (1962); *Anarquistas e Anarquismo*, de James Joll (1964); *Anarquismo: da doutrina à ação*, de Daniel Guérin (1965); *Exigindo o Impossível* [Demanding the Impossible], de Peter Marshall (1992); *FAQ Anarquista* [Anarchist FAQ], de Iain McKay (desde 1995 na internet e primeiro volume em livro de 2007).

Parte considerável desses estudos – os quais, cumpre dizer, são simpáticos ao anarquismo – teve importância em seu tempo e lugar; destaque dentre eles sobretudo a produção de M. Nettlau. Ademais, é necessário ter em conta que tais estudos não usufruíram das possibilidades existentes hoje em dia e que, em sua quase a totalidade, ainda que uns mais que outros, eles têm aportes importantes para nosso tempo. Entretanto, também é necessário fazer uma crítica desses estudos que, mesmo generosa e sem desqualificação, deve buscar solucionar problemas que vêm subsidiando afirmações equivocadas constantemente repetidas. Uma análise crítica e mais aprofundada permite a identificação de inconvenientes e de insuficiências que têm de ser corrigidos e complementados para que se avance nas investigações e para que se eleve o nível de compreensão do anarquismo.

Em termos de metodologia historiográfica, em geral, prepondera em tais estudos o foco nos grandes homens, fundamentado naquilo que se poderia chamar de “história vista de cima”.¹ Em termos de alcance geográfico, predomina um foco quase exclusivo na Europa Ocidental ou no eixo Atlântico Norte, diminuindo ou ignorando absolutamente os autores e episódios de outras partes do mundo. É frequente que esses estudos operem com um conjunto bastante restrito de autores e episódios, fazendo, com frequência, generalizações a partir de uma base de dados restrita.

Eltzbacher (2004) aborda o anarquismo por meio de um estudo dos “sete sábios”, em sua maioria europeus: William Godwin, Max Stirner, Pierre-Joseph Proudhon, Mikhail Bakunin, Piotr Kropotkin, Liev Tolstói e Benjamin Tucker; não apresenta episódios em que o anarquismo esteve envolvido. Nettlau (2008/no prelo) foge um pouco da regra, já que trabalha, além dos grandes pensadores, com um conjunto amplo de iniciativas e movimentos; ainda assim, aborda sobretudo a Europa Ocidental, a Rússia e os Estados Unidos – o resto do mundo ocupa menos de 10% de sua obra.

Woodcock (2002) dedica quase toda a parte teórica de seu estudo a seis pensadores, todos europeus; são os mesmos de Eltzbacher sem B. Tucker. Na parte que enfoca a prática, dedica 60% dela às análises de França, Espanha, Itália, Rússia e somente algumas páginas à América Latina e aos Estados Unidos. Joll (1970) fundamenta a parte

de teoria de sua obra quase que somente em P. J. Proudhon e M. Bakunin; na parte sobre a prática, concentra-se nos debates europeus sobre a chamada “propaganda pelo fato” e no sindicalismo, assim como no estudo das Revoluções Russa e Espanhola. Guérin (1968) dedica sua parte teórica basicamente a três autores: M. Stirner, P. J. Proudhon e M. Bakunin; sua parte que enfoca a prática discute a Revolução Russa, os Conselhos de Fábricas italianos e a Revolução Espanhola.

Marshall (2010) emprega mais de 200 páginas de sua reflexão teórica na análise de 10 autores: os seis de Woodcock mais Élisée Reclus, Errico Malatesta, Emma Goldman e Mahatma Gandhi; em seu volume de mais de 800 páginas, menos de 10% dedicam-se à Ásia e à América Latina, ao passo que a África e a Oceania sequer são mencionadas. McKay (2008) mobiliza um conjunto maior de autores que a maioria dos outros estudos, mas ainda se destacam entre eles os clássicos europeus e norte-americanos. A abordagem que predomina nos estudos de referência tende a resumir o anarquismo a alguns de seus “grandes clássicos” e a poucos episódios históricos, que não raro são eleitos arbitrariamente. Do mesmo modo, é comum que não se considere, na maioria dos casos, aquilo que chamamos de “vetores sociais” do anarquismo – expressões de massas nas quais as posições dos anarquistas foram determinantes ou hegemônicas em termos estratégicos.

Bandeira Negra sustenta que o anarquismo deve ser estudado, em termos de teoria e história, como um fenômeno global de praticamente 150 anos de existência. Sobre seus clássicos, preconiza que é necessário desenvolver um método adequado para delimitar quais são eles e relacioná-los com os movimentos de seu tempo e os inúmeros anônimos, que permitiram a existência real do anarquismo. Sobre seus episódios, recomenda a necessidade do estudo das iniciativas em que os anarquistas estiveram envolvidos e o estabelecimento, também por um método adequado, de quais foram os grandes episódios do anarquismo no mundo. Nesse processo, é fundamental observar com atenção os mencionados vetores sociais, sem os quais o anarquismo não pode ser entendido, especialmente o sindicalismo revolucionário e o anarcossindicalismo. Tanto para os clássicos quanto para os episódios e vetores, o livro indica que, além do eixo Atlântico Norte, é imprescindível olhar para a América Latina, a Europa Oriental, a Ásia, a África e a Oceania.

Ademais, os estudos de referência do anarquismo frequentemente fazem uso de abordagens ahistóricas, como o argumento de que o anarquismo sempre existiu, ou de definições amplas, como as que se referem ao anarquismo como sinônimo de luta contra a autoridade, de antiestatismo, de defesa da liberdade. Entre outras coisas, como argumenta Lucien van der Walt (2016, pp. 86-91), essas abordagens, além das inúmeras inconsistências lógicas, não têm condições de explicar por que o anarquismo surgiu e se desenvolveu em alguns contextos e não em outros, nem de diferenciar o anarquismo de outras ideologias; inclusive, alguns operam com um distanciamento excessivo entre teoria e história.²

Marshall (2010, pp. 3-4) sustenta, de acordo com o primeiro argumento, que “o primeiro anarquista foi a primeira pessoa que sentiu a opressão de outra e se rebelou contra ela”. Nettlau (2008/no prelo) e Woodcock (2002) caminham em direção semelhante, assim como outros estudos influentes, como o livro *Anarcossindicalismo* [Anarcho-Syndicalism] de Rudolf Rocker (1978) e, sobretudo, o artigo “Anarquismo” de P. Kropotkin (1987), os quais apresentam o anarquismo como um traço universal da humanidade. Numa ampla definição, Eltzbacher (2004, p. 292) constata que: “os ensinamentos anarquistas têm em comum apenas uma coisa: eles negam o Estado no futuro”. As definições amplas e imprecisas também estão presentes nos estudos de Nettlau (2008/no prelo), Woodcock (2002, vol. I, pp. 7, 16) e Marshall (2010, pp. xv, 3), assim como outros, tais como *Os Anarquistas* [The Anarchists] de Roderick Kedward (1971, pp. 5-6) e *A Bandeira Negra da Anarquia* [The Black Flag of Anarchy] de Corinne Jacker (1968, p. 3).

Dois outros procedimentos complicam esses problemas das abordagens ahistóricas e das definições amplas e imprecisas.

Primeiro, a utilização descontextualizada de análises etimológicas do termo “anarquia” e seus derivados. Ainda que Guérin (1968, pp. 19-20) e McKay (2008, pp. 19-21) recorram a elas, são Woodcock (2002, vol. I, p. 8) e Marshall (2010, p. 3) que fazem isso de modo descontextualizado, e as con-

sideram como algo relevante em suas definições de anarquismo, sem conseguir escapar das complicações derivadas da amplitude e da imprecisão. Sem contextualização, esse procedimento aponta necessariamente para uma definição de anarquismo como contraposição à autoridade, ao governo, ao Estado que, além do grave abandono da história, não permite, entre outras coisas, conhecer seus aspectos construtivos.

Segundo, a utilização descontextualizada da autoidentificação dos anarquistas. A inclusão de P. Proudhon no cânone anarquista, por exemplo, é fundamentada, em parte importante dos estudos, como argumenta Woodcock (2002, vol. I, p. 10), em função do “sentido positivo” que o francês deu ao termo “anarquia” em sua obra *O que é a Propriedade?*, de 1840. Outro exemplo encontra-se no estudo de McKay (2008) que, por mais que não trabalhe com este critério de modo absoluto, abarca individualistas como Susan Brown, B. Tucker, o periódico *Anarchy: a journal of desire armed* e primitivistas como John Zerzan e o periódico *Green Anarchy* que, para além do fato de considerarem a si mesmos anarquistas, não têm muito em comum com o que foi e tem sido a tradição histórica anarquista.

Bandeira Negra sustenta que é fundamental fazer uso de um método histórico e de uma mediação adequada entre teoria e história. Por isso, recomenda abandonar as abordagens ahistóricas do anarquismo, fortalecidas amplamente por anarquistas que seguiram os passos de P. Kropotkin (1987), que, quando utilizou o argumento da universalidade atemporal do anarquismo, mais do que fazer sua história, criou um “mito legitimador”, uma “meta-história”, que, consciente ou inconscientemente, buscava fortalecer sua própria ideologia e contrapor o argumento de que ela seria contrária à natureza humana. Distintamente, *Bandeira Negra* argumenta que o anarquismo tem uma história, relacionada a um contexto; seu surgimento e desenvolvimento, seus sucessos e fracassos, seus fluxos e refluxos só podem ser compreendidos e explicados em termos históricos. Recomenda, ademais, que é imprescindível operar com uma definição de anarquismo que seja não apenas histórica, mas precisa, permitindo, dentre outras coisas, descartar absurdos como a ideia de “anarcocapitalismo”, que deriva da compreensão do anarquismo como sinônimo de antiestatismo; e diferenciar o anarquismo de outras ideologias, dentre elas o liberalismo e o marxismo.

Das abordagens problemáticas mencionadas, derivam várias conclusões equivocadas, que podem ser encontradas nos estudos de referência e também em outros estudos. Dentre elas, algumas se destacam.

Eltzbacher (2004, p. 270), Woodcock (2002, vol. I, p. 14) e Joll (1970, pp. 29, 325) destacam que o anarquismo constitui uma ideologia incoerente; para este último, “foi o conflito entre estes dois tipos de temperamento, o religioso e o racionalista, o apocalíptico e o humanista, que tornou a doutrina anarquista tão contraditória”. Marshall (2010, p. 3), McKay (2008, p. 18) e Guérin (1968, p. 12), ainda que constatando tais contradições, creem que elas são positivas, pois derivam de um antiodogmatismo anarquista e podem ser conciliadas entre si. A constatação de incoerência, inclusive, permitiu que autores como Caio T. Costa (1990, pp. 7, 12) e Ricardo Rugai (2003, p. 2) falassem da existência de “anarquismos”.

Enfatizando que o anarquismo não teve qualquer impacto popular significativo, Irving Horowitz (1982, p. 9) constatou seu “desaparecimento virtual [...] como um movimento social ‘organizado’”, ao passo que Kedward (1971, p. 120) foi mais longe, escrevendo que “o ideal da anarquia nunca foi popular”, e que “ele encontrou a oposição de todas as classes e de todas as idades”.

Sustentando que o anarquismo praticamente terminou depois da Revolução Espanhola (1936-1939), Woodcock (2002, vol. II, pp. 288, 295), mesmo que modificando levemente de posição anos depois, defendeu “o término desta história do anarquismo no ano de 1939”, pois esse ano “assinala a verdadeira morte” do “movimento anarquista” histórico. Guérin (1968, p. 155), de acordo com isso, assinalou: “a derrota da Revolução Espanhola privou o anarquismo de seu único bastião no mundo”, sendo que “desta experiência, o movimento anarquista saiu esmagado”. Em linhas gerais, esse argumento aproxima-se daquele que sustenta que *tal revolução constitui uma exceção na história anarquista, por ter sido este um dos poucos casos em que o anarquismo converteu-se em um amplo movimento de massas*.

Joll (1970, pp. 327-328) e Woodcock (2002, vol. II, pp. 293; 290) argumentam, como muitos marxistas (por exemplo: Hobsbawm, 1985), que o anarquismo mobilizou bases classistas limitadas, restringindo-se aos camponeses e artesãos em decadência, não conseguindo adaptar-se ao capitalismo industrial.

Outras conclusões que os estudos sustentam são que o anarquismo fundamenta-se em bases idealistas (Eltzbacher, 2004, p. 273; Woodcock, 2002, vol. I, p. 15), espontaneístas (Eltzbacher, 2004, p. 280), individualistas (Joll, 1970, pp. 32-33; Horowitz, 1982, p. 16; Woodcock, 2002, vol. I, p. 36, vol. II, p. 292) e juvenis (Joll, 1970, p. 330; Kedward,

1971, p. 120). Curiosamente, essas conclusões são próximas das críticas leninistas do anarquismo (por exemplo: Kolpinsky, 1976, p. 333), que nada têm de científicas; são apenas afirmações ideológicas, sem base histórica, com o fim de autopromoção em detrimento do adversário.

NOVA ABORDAGEM TEÓRICO-METODOLÓGICA

Bandeira Negra propõe novos fundamentos de método e teoria para os estudos do anarquismo, os quais são capazes não apenas de enfocar esse objeto de maneira mais adequada, mas de demonstrar o equívoco das conclusões anteriormente apresentadas.

Antes de tudo, o livro recomenda recorrer – no seu caso, elaborar – a uma *definição histórica e precisa de anarquismo*, que contemple os aspectos comuns de seus autores e episódios, e que seja capaz de diferenciá-lo de outras ideologias, abarcando suas continuidades e permanências em longo prazo.

Ademais, ele enfatiza o estabelecimento de uma clara *distinção* entre duas coisas diferentes: *uma tradição histórica anarquista e um universo “libertário” mais amplo e não necessariamente histórico*, sendo a primeira parte do segundo. Assim, todo anarquista é libertário, mas nem todo libertário é anarquista. A tradição histórica anarquista, segundo essa concepção, envolve um conjunto de fenômenos históricos que se desenvolvem e se difundem a partir de bases comuns e se explicam pelas relações sociais estabelecidas por distintos meios (contatos presenciais, por carta, livros, imprensa etc.), assim como pelas adaptações e modificações oriundas dos diferentes contextos em esteve inserido. O universo libertário é um todo não necessariamente relacionado em termos históricos e que inclui lutas e iniciativas antiautoritárias, contrárias à dominação e de defesa de relações igualitárias.³

Em termos de metodologia historiográfica e de alcance geográfico há algumas recomendações, que encontram aportes na Nova História do Trabalho e na História Global do Trabalho, assim como na produção teórico-metodológica de organizações, pesquisadores e militantes anarquistas.⁴ Isso contribui com a elaboração de conceitos capazes de subsidiar os estudos do anarquismo, os quais não têm de ser necessariamente elaborados pelos anarquistas. Entre eles, podem-se mencionar os de *totalidade* e *interdependência*, que se aplicam, no caso dos estudos do anarquismo, à relação entre teoria e história, entre pensamento e ação, entre autores e episódios, entre forma e conteúdo, anarquismo e lutas sociais, críticas e proposições.

Bandeira Negra considera necessário operar com um *método histórico: que faça uso dos elementos da história vista de baixo*⁵; *que permita relacionar os clássicos com os movimentos e lutas de seu tempo; que faça uma relação precisa do anarquismo e dos anarquistas com o contexto no qual estiveram inseridos; que considere, na medida da necessidade, reflexões globais do anarquismo, tomando em conta o período amplo que se estende desde seu surgimento no século XIX até o presente; que identifique os caminhos da difusão do anarquismo, por meio de contatos entre militantes, cartas, leituras compartilhadas etc. e que responda em que medida os traços gerais deste anarquismo em difusão se mantiveram e foram se modificando/adaptando a realidades locais, incorporando outras tradições de luta e resistência; que permita identificar as continuidades e permanências do anarquismo no tempo e no espaço, assim como suas modificações contextuais fruto de relações sociais. O livro propõe, inclusive, sempre que for possível ou desejável, extrapolar o eixo Atlântico Norte e abarcar os cinco continentes, recorrendo, também em caso de necessidade, às comparações.*

REDEFINIÇÃO DO ANARQUISMO

Por meio dessa nova abordagem, pode-se constatar que o anarquismo é um tipo de socialismo, caracterizado por um conjunto preciso de princípios, que se manifesta historicamente no mundo moderno e contemporâneo. Ele conta em sua

3. Nesse sentido, não seria pertinente dizer, como David Graeber (2002), que os zapatistas são “novos anarquistas”. É certo que eles são libertários (nesse sentido amplo e ahistórico), mas incluí-los no rol do anarquismo implica explicar, historicamente, como eles se relacionaram com essa tradição e incorporaram, ao menos consideravelmente, suas posições. O que faz Graeber é identificar semelhanças entre pensamentos e práticas dos zapatistas, definitivamente libertários, com o anarquismo, por meio de uma abordagem teórico-lógica, não histórica. Esse é o mesmo procedimento criticado em *Bandeira Negra* realizado por autores que incluíram W. Godwin e M. Stirner no cânone anarquista.

4. Entre esses aportes, cumpre mencionar alguns. Em termos de referencial historiográfico geral, a produção de Marcel van der Linden (2009, 2013) se destaca; em termos da aplicação desse referencial aos estudos do anarquismo, a produção de Lucien van der Walt (2009, 2010, 2015, 2016) se destaca; em termos teórico-metodológicos a produção de anarquistas vinculados ao especificismo sul-americano e sul-africano e ao Instituto de Teoria e História Anarquista se destacam.

5. Em acordo com a tradição thompsoniana anteriormente mencionada, que hoje envolve toda uma geração de pesquisadores, dentre os quais anarquistas que vêm complementando esse referencial com outras produções especificamente libertárias e anarquistas.

1. Termo que é, claramente, uma inversão da “história vista de baixo”, promovida por E. P. Thompson e outros historiadores. Para saber mais sobre essa corrente historiográfica, cf.: Thompson, 2002.

2. Esse distanciamento ou mesmo a cisão entre teoria e história vem tendo, nos estudos do anarquismo, um duplo resultado: de um lado, abordagens teóricas sem fundamentos históricos – nos quais chamam atenção as reflexões que estabelecem similaridades teóricas e lógicas por meio de ideias puras e, com isso, uma suposta trajetória do anarquismo; de outro lado, abordagens históricas sem referenciais teóricos – quando partem para a investigação da história do anarquismo sem saber exatamente o que é o anarquismo e, com isso, o que deve ser ou não abarcado na investigação.

políticos e, sobretudo, económicos – à defesa de que a cultura é completamente central – como nos casos de Wu Zhihui (2005, pp. 347-348) e E. Reclus (2002), que argumentaram que a cultura tem um papel determinante no desenvolvimento da autogestão económica e política. Os defensores da primeira posição comumente priorizaram a militância em sindicatos e/ou cooperativas e os da segunda a educação e a propaganda. Houve, também, inúmeras posições intermediárias, com muitos militantes tentando conciliar ambas as posições e iniciativas.

Em um balanço geral, podem-se dizer algumas palavras. O debate *mercado versus planificação* não teve impacto histórico e geográfico considerável e as posições de defesa do mercado foram muito pouco expressivas. O debate *coletivismo versus comunismo* teve relevância na Europa dos anos 1870 até o início do século XX, mas depois o comunismo tornou-se posição completamente hegemônica, em grande medida sob a influência de P. Kropotkin, e as posições intermediárias também se fortaleceram, considerando esse um problema secundário. O debate *política e decisões por local de moradia versus por local de trabalho* não implicou grandes polarizações, dado que os defensores estritos da política comunitária/ municipalista foram completamente marginais e houve uma posição conciliadora majoritária, ao menos na prática, de articulação entre sindicatos e bairros, locais de trabalho e moradia. O debate *cultura secundária versus central* tendeu a concentrar-se em posições intermediárias, que atribuíram a ela um papel relevante, mas sem radicalismo em direção ao economicismo ou ao culturalismo extremados. Em função disso, *Bandeira Negra* argumenta que esses quatro debates relativos à defesa da autogestão podem ser considerados relevantes, mas não para marcar as divergências permanentes em termos históricos e geográficos entre os anarquistas.

Em termos dos caminhos da mudança, houve um debate que contrapôs as *posições favoráveis à organização* – como nos casos de José Oiticica (2009) e L. Parsons (2004, p. 131), que preconizaram a necessidade de organização dos anarquistas no nível social, de massas, e/ou no nível político-ideológico, especificamente anarquista – às *posições contrárias a ela* – como nos casos de Alfredo Bonanno (2012a, pp. 9, 19; 2012b, p. 45) e Luigi Galleani (2011, pp. 2, 3-6), que sustentaram que a organização formal em movimentos de massa ou organizações estruturadas ofereciam riscos de burocratização e recomendaram a atuação individual ou em pequenos grupos ou redes informais.

Entre os defensores da organização, ou organizacionistas, também houve divergências consideráveis, dentre as quais se descaram três. Uma, que contrapôs a defesa do *sindicalismo ou comunismo exclusivos* – como nos casos de Pierre Monatte (1998, pp. 206-207), que defendeu a necessidade de organização dos anarquistas somente no nível social, de massas, e que as organizações anarquistas seriam algo redundante, visto que os movimentos populares teriam condições plenas de promover a estratégia anarquista à defesa do *dualismo organizacional* – como no caso de E. Malatesta (1998, p. 208; 2000, p. 56) e Amedée Du Bois (2010), que argumentaram que, além das organizações sociais massivas, seriam necessárias organizações específicas anarquistas para promover suas posições de modo mais eficaz entre os trabalhadores.

Outra, entre os que refletiram sobre as organizações sociais de massas, que opôs os *sindicalistas revolucionários* – como os Industrial Workers of the World (IWW) e a Confédération Générale du Travail (CGT), que não tinham vinculação programática e explícita com o anarquismo – aos *anarcossindicalistas* como a Federación Obrera Regional Argentina (FORA) e a Confederación Nacional del Trabajo (CNT), que se vincularam, a primeira desde 1905 e a segunda desde 1919, nesses termos, ao anarquismo (ou “comunismo libertário”) como

doutrina oficial programática e explicitamente promovida entre seus membros.

E, finalmente, uma última diferença sobre as organizações especificamente anarquistas, que contrapôs os defensores de uma *organização programática* – como no caso de Juan Carlos Mechoso e a Federação Anarquista Uruguia (Mechoso, 2012) e Ida Mett e a “Plataforma Organizativa por uma União Geral de Anarquistas” (Dielo Truda, 2001, pp. 57-59), os quais preconizaram um modelo de organização forte, com afinidade ampla entre os membros e focados na incidência nas lutas de massas; sendo que tais organizações autogestionárias trabalhariam com organicidade bem definida, correspondência de direitos e deveres, autodisciplina, responsabilidade e unidade nos campos do pensamento e da ação, buscando o consenso mas optando pelo voto de maioria em caso de divergência – aos defensores de uma *organização flexível* – como Volin (2011) e Sébastien Faure (2009), que partiram da posição de pôr fim aos conflitos entre os anarquistas e sustentaram a necessidade de um modelo também federalista de organização, mas com organicidade limitada, possibilidade de participação de todos os anarquistas, alto nível de autonomia de indivíduos e grupos, sem unidade de ação (sem obrigação de se aderir às posições majoritárias em caso de divergências) e aceitação da diversidade ampla em termos teóricos, ideológicos e estratégicos/práticos.

Um segundo debate relativo aos caminhos da mudança opôs a defesa das *reformas como um caminho possível para chegar à revolução* (“possibilismo”) – como no caso de Osugi Sakae (2011), Ba Jin (2008) e Sam Dolgoff (2005, pp. 34-38), que argumentaram que as lutas por conquistas imediatas poderiam permitir a realização de um tipo de ginástica revolucionária e que as reformas, para além do fato de que, sendo conquistadas, tornariam a vida dos trabalhadores menos dura e melhorariam as condições de mobilização, teriam ainda uma capacidade pedagógica que fortaleceria os trabalhadores para um projeto revolucionário – à defesa de que *as reformas devem ser rejeitadas em geral* (“impossibilismo”) – como no caso de Alessandro Cerchiai (apud Romani, 2002, p. 175), L. Galleani (2011, p. 7) e Emile Henry (1998, p. 180), que sustentaram que as reformas geralmente reforçam (e não debilitam ou destroem) o sistema e por isso as greves reivindicativas não são úteis para um projeto revolucionário; as eventuais conquistas contra os patrões são utilizadas por eles no incremento do preço dos produtos que os próprios trabalhadores consomem e as conquistas contra o Estado fariam apenas com que ele se fortalecesse e continuasse seu processo de dominação.

Ainda nesse eixo, houve outro debate que contrapôs a defesa da *violência revolucionária como elemento concomitante e derivado dos movimentos de massas* – como nos casos de Nestor Makhno (1996, p. 86) e Pierre Besnard (1931, pp. 212-215), que recomendaram que a violência, imprescindível para a transformação revolucionária, deveria ser utilizada para fortalecer movimentos populares na luta de classes e não como um simples gatilho para a criação desses movimentos ou como meio exclusivo de propaganda – à defesa da *violência como gatilho e elemento mobilizador* – como nos casos de Severino di Giovanni (apud Bayer, 2006, p. 83) e Ravachol (1981, p. 36) que, para além da questão da vingança popular, conceberam a violência como um elemento de propaganda capaz de envolver os trabalhadores em processos mais radicalizados de luta.

Em um balanço, podem-se dizer algumas palavras. Esses três grandes debates – *organizacionismo versus antiorganizacionismo, possibilismo versus impossibilismo, violência simultânea/derivada versus violência como gatilho* – são, em *Bandeira Negra*, destacados como aqueles que possuem maior relevância, ou seja, que mais dividiram e que seguem dividindo os anarquistas em todo o mun-

do. É justamente sobre eles que o livro propõe fazer uma redefinição das correntes anarquistas.

CORRENTES ANARQUISTAS

Discutir as correntes anarquistas implica, como no caso da definição do anarquismo, repensar o tema completamente. Os estudos de referência do anarquismo e outros apresentam um conjunto imenso de “correntes anarquistas”; por mais que seja comum falar de anarcoindividualismo, anarcossindicalismo e anarcocomunismo, há várias outras mencionadas: anarquismo pacifista, anarquismo cultural, anarcocoleativismo, mutualismo, anarquismo terrorista, anarquismo social, anarquismo sem adjetivos, anarquismo camponês, anarquismo verde, anarcofeminismo, anarquismo reformista, utilitarista, conspiratório, de estilo de vida, etc. A lista é imensa...

Os problemas que envolvem essas definições são vários. Além das correntes que abarcam apenas um “grande sábio” (“anarcopacifismo”, para Tolstoi, por exemplo), há, como neste mesmo caso do “anarco-pacifismo”, problemas de compreensão da definição do próprio anarquismo: pacifismo (contrariedade à violência em todos os casos), reformismo (reformas entendidas como fim em si mesmas) e individualismo (busca da emancipação individual sem um projeto coletivo de libertação) não são sequer parte dos princípios históricos anarquistas. A solução desse problema foi dada anteriormente, com a redefinição relativamente precisa do anarquismo.

Existem também problemas relativos aos critérios escolhidos para o estabelecimento das correntes, visto que não podem ser comparados graças à sobreposição. Há critérios relativos à distribuição dos frutos do trabalho na sociedade futura – comunismo e coletivismo; há critérios relativos às estratégias de luta e aos aspectos estratégicos da luta – intervenções individuais, coletivas; sindicais, comunitárias ou cooperativas; violentas ou pacíficas; económicas, políticas ou culturais; posições sobre reformas, modelo de organização anarquista, classes/sujeitos capazes de impulsionar o processo de mudança; e há critérios relativos a elementos político-filosóficos – posições relativas ao espiritualismo e à religião, à concepção de liberdade individual e às lutas ecológicas e de gênero.

Na frequente distinção entre anarcocomunismo e anarcossindicalismo, por exemplo, o comunismo diz respeito à distribuição dos produtos do trabalho e o sindicalismo em geral a uma estratégia. Makhno e N. Vasco, que defendiam a organização de conselhos e sindicatos como meios e o comunismo como fim, possuem diferenças muito claras com L. Galleani e Oreste Ristori, antiorganizacionistas em termos de caminho de luta, mas também comunistas em sua perspectiva de futuro. Seriam todos anarcocomunistas? N. Vasco seria ao mesmo tempo anarcocomunista e anarcossindicalista? Esse problema envolve vários exemplos.

Como solução a esse dilema, é necessário um retorno não somente à redefinição do anarquismo, mas à discussão sobre os grandes debates entre os anarquistas e sua relevância histórica e geográfica. Conforme argumentado, são três as questões que subsidiam os debates mais importantes: *organização, reformas e violência*. E mais que isso. Pode-se notar, em termos globais desde os anos 1860 até o presente, que houve muitas circunstâncias em que as posições acerca dessas questões confluiram. Foi comum que organizacionistas defendessem posições possibilistas e a necessidade de violência simultânea/derivada; foi também comum que antiorganizacionistas defendessem posições antipossibilistas e a violência como gatilho.

Em função disso, *Bandeira Negra* argumenta que esses dois conjuntos constituídos pelas posições históricas sobre as três mencionadas questões conforma o fundamento da redefinição das correntes anarquistas. O primeiro conjunto (organizacionismo + possibilismo + violência simultânea/derivada) constitui o *anarquismo de massas*, corrente histo-

ricamente majoritária no anarquismo. O segundo conjunto (antiorganizacionismo + impossibilismo + violência como gatilho) constitui o *anarquismo insurrecionalista*, historicamente minoritário, mas ainda assim bem considerável. Anarquistas conhecidos como L. Parsons, M. Bakunin, N. Vasco, Thibedi, J. Oiticica, Ba Jin entre muitos outros seriam representantes do anarquismo de massas; di Giovanni, E. Henry, Ravachol, L. Galleani, Clément Duval, Bartolomeu Vanzetti e muitos outros seriam representantes do anarquismo insurrecionalista. P. Kropotkin e E. Malatesta, dependendo do momento de suas vidas, pertenceram a uma ou outra corrente.

Entretanto, é imprescindível destacar que essa associação, que constitui a base das correntes (organizacionismo + possibilismo + violência simultânea/derivada e antiorganizacionismo + impossibilismo + violência como gatilho) não foi constante. Analisando contextos particulares, os mencionados debates podem aparecer ou não, estar ou não relacionados entre si. Parece claro que tal redefinição não abarca todos os contextos e não deve ser utilizada como uma “camisa de força” para forçar o encaixe da história concreta e real. Mas, ao mesmo tempo, esses debates e essa redefinição das correntes podem funcionar como hipóteses e oferecer elementos para as análises de contextos particulares.

No caso do anarquismo na Primeira República brasileira (1889-1930), por exemplo, tomando esse modelo como hipótese, constata-se, com base na produção historiográfica de A. Samis (2004), que não há uma adequação completa a ele. Mas os debates expostos permitem identificar as diferenças mais consistentes entre aqueles anarquistas, as quais se deram em torno da questão da organização. Organizacionistas e antiorganizacionistas formaram as principais correntes naquele contexto; entre os organizacionistas, houve ainda outro debate relevante, que opôs sindicalistas revolucionários (inspirados pela CGT francesa) a anarcossindicalistas (inspirados pela FORA argentina).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em suma, as contribuições de *Bandeira Negra* permitem que se reforcem três teses que foram enunciadas ao longo deste artigo.

Primeiro, que os estudos de referência do anarquismo possuem problemas significativos de ordem teórico-metodológica, envolvendo: a base de dados (histórica e geográfica) com a qual trabalham, a maneira que situam o anarquismo na história e a maneira que leem a história; as definições de anarquismo elaboradas e adotadas; as conclusões extraídas de suas análises. Tais problemas dificultam as investigações e não permitem elaborar, adequadamente, definições do anarquismo, de seus debates, de suas correntes e de sua trajetória histórica.

Segundo, que uma abordagem fundamentada num método histórico e num conjunto amplo de dados, que interaja com as noções de totalidade e interdependência, permite os que os problemas dos estudos de referência sejam solucionados e que se realize uma investigação adequada do anarquismo.

Terceiro, que dentre os elementos fundamentais que podem ser afirmados em relação ao anarquismo, estão: sua definição como uma ideologia coerente, um tipo de socialismo revolucionário, podendo ser descrita por meio de um conjunto preciso de princípios; a elaboração racional de críticas, proposições e estratégias fundamentais, sobre as quais se estabelecem suas duas correntes: o anarquismo insurrecionalista e o anarquismo de massas; seu amplo impacto popular entre trabalhadores e camponeses, nas cidades e nos campos; sua trajetória histórica permanente e global, desde seu surgimento, na segunda metade do século XIX, até o presente.

1 Sábado 24 de fevereiro*:
O Socialismo Libertario na Galiza.

2 Sábado 6 de abril*:
Organizando a resistencia I: Anarcossindicalismo.

3 Sábado 18 de maio*:
Organizando a resistencia II: modelos e experiencias organizativas do Sindicalismo Social Libertario na Península Ibérica.

4 Sábado 20 de xullo*:
Sementes de emancipación I: Movimento libertario, autogoberno e territorio.

Como participar?

Calquera persoa interesada nas xornadas do Seminario pode acudir sen necesidade de inscrición previa. Así e todo, agradecemos nolo comuniquen previamente escribindo ao enderezo flac@refuxiosdamemoria.org.

En paralelo ao inicio do SELG poremos en marcha o Grupo de Autoformación Libertaria da Coruña (GALAC). Este celebrará sesións dous xoves ao mes, coa intención de desenvolver unha reflexión propia e aterrada no eido local e nacional, e sacar conclusións deste debate de ideas. O Grupo estará aberto a tódalas persoas que teñan interese na historia, o presente e o futuro do movemento libertario galego.

Os contidos das diferentes palestras poderán consultarse na nosa web, www.selg.gal, de modo que en calquera vila do país onde haxa un grupo de persoas que compartan o interese polas ideas libertarias, se poida crear un Grupo de Autoformación local.

